

PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: FORMAÇÃO E/OU VOCAÇÃO?

Jaqueline Almeida Sousa
Pedagoga, especialista em Metodologia da Matemática
Professora efetiva nos municípios de Macarani e Maiquinique

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a carreira docente vem sofrendo diversas transformações. Na Idade Média o ofício de ensinar era designado apenas às pessoas eruditas, ou seja, apenas as pessoas que tinham instrução variada ou mesmo as que tinham algum tipo de conhecimento estavam “aptas” a ser mestre. Desses mestres não eram exigidos nenhuma certificação, pois para ser professor necessitava apenas saber ler, escrever, contar e ter vocação.

A origem da palavra vocação vem do latim *vocare*, que significa chamar, assim entendia-se a predisposição para ensinar como um chamado, o gostar de crianças, ter “jeito” para lidar com elas. Salienta-se que o critério de vocação, no passado, era um dos fatores determinantes para ser professor.

Esses pensamentos perduraram por muitos anos na sociedade, até que surgiu a necessidade de se criar os primeiros cursos de qualificação profissional para as pessoas que desejavam ser professor. Desde o século XVII, com os ideais da Revolução Francesa, que os Estados começaram a se preocupar com a implantação de um sistema público de ensino, visto que era preciso que os futuros professores tivessem uma formação adequada.

[...] No entanto, foi a Revolução Francesa, por meio de seus ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, a responsável por levar o Estado a normalizar e publicizar essa formação que, até então, se encontrava sob responsabilidade de leigos. Assim, buscou-se a consolidação dos Estados Nacionais e a implantação dos sistemas públicos de ensino (PAIVA, 2006.p.2).

As transformações e mudanças foram muitas e longas. Já no século XX a influência do pensador americano John Dewey no Brasil, é introduzida pelo seu seguidor, o baiano Anísio Teixeira, entre outros que abraçaram o movimento escolanovista. Assim, no Brasil houve uma modernização na educação passando a existir alguns cursos técnicos, superiores, além de mudanças significativas na prática e nas orientações metodológicas. É nesse contexto que surge o curso de

pedagogia, que somente foi reconhecido como curso em 1939, realizado nas antigas Escolas Normais, impulsionando a profissionalização de professores (BRZEZINSKI, 1996).

Com a modernização, um novo viés foi entrelaçado no que se diz respeito a uma educação de qualidade. Essa nova educação se preocuparia com a formação integral do ser humano em seu aspecto social, intelectual e crítico, pois agora a educação perderia seu caráter tecnicista, ou seja, não atenderia somente os interesses do mercado de trabalho.

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A educação infantil no Brasil surgiu com um caráter assistencialista. Após a revolução industrial e com a inserção da mulher no mercado de trabalho, houve a necessidade da criação de creches que tinham como objetivo cuidar das crianças enquanto as mães estivessem ausentes, não se relacionando com o fator educacional.

O tempo foi passando e com isso a necessidade de mudanças, pois percebeu-se que a criança não era um ser invisível e nem tão pouco um adulto em miniatura; a criança em tese, não mais passou ser vista como um ser frágil e com limitações, nem submetida a realizar as mesmas tarefas destinadas aos adultos.

Os séculos XVII e XVIII, que assistem a essas mudanças profunda na sociedade, constituem o período histórico em que a moderna ideia da infância se cristaliza definitivamente, assumindo um caráter distintivo e constituindo-se como referenciadora de um grupo humano que não se caracteriza pela imperfeição, incompletude ou miniaturização do adulto, mas por uma fase própria do desenvolvimento humano (SARMENTO, 2007, p.28).

A educação infantil esteve ausente na legislação brasileira durante anos, foi somente com a Lei 5692/71 que houve a primeira discussão acerca da educação infantil. Entretanto, foi apenas com a Constituição de 1988 que a educação infantil teve ênfase nos debates em torno dos direitos da criança na legislação. Segundo Paschoal (2009, p. 8), “foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação, foi somente com a Carta Constitucional de 1988 que esse direito foi efetivamente reconhecido”.

Após quase uma década a educação surge como direito de todos, então a educação infantil passa a ser um direito de toda criança, vindo ficar mais definido

esse direito na lei nº 9394/96 - LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Essa lei passa a incluir a educação infantil em meio às diretrizes que regem a educação como sendo a primeira etapa da educação básica.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil será oferecida em:

I- creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II- pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (LDB- Art. 29 e 30)

A partir das mudanças legislativas supracitadas, a educação infantil passa a fazer parte da educação nacional e não mais do assistencialismo, ou seja, a educação infantil não mais se limitaria aos cuidados com a higiene e alimentação, passando a ser compreendida como primeira etapa da educação básica, sendo imprescindível para um desenvolvimento da criança como um todo.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Com o processo de industrialização, a partir da revolução de 1930, o homem deixa o cenário da educação indo em busca de melhores salários e melhores condições de trabalho, o que resultou na feminização no campo educacional. A inserção da mulher na educação infantil como afirma (SARAT, 2001, p.140) “dar-se também pela ideia de que essa função poderia ser melhor realizada por mulheres, pois se aproximava da ideia de maternidade”. Acrescente a esses fatores “a possibilidade de compatibilização do trabalho doméstico às atividades docentes e, ainda, a escolha condicionada pela vocação”. (NOVAES, 1995, p. 99). Essa escolha era condicionada pela influência da família e pela falta de perspectivas profissionais, já que a figura masculina tinha preferência majoritária nas atividades industriais.

Assim, a formação do professor de ensino infantil era direcionado quase que exclusivamente à figura feminina, pois acreditava-se que a mulher vocacionada ao magistério, era a melhor indicada para desenvolver a tarefa do cuidar, tida como a principal característica do ensino infantil, tudo isso atrelado à influência familiar e à figura da mulher como dedicada e compreensiva e “ao estereótipo de que o magistério é coisa de mulher” (NOVAES, 1995, p. 80).

Com a nova LDB, a profissão de professor então passou a ser direito de todos aqueles que se qualificassem nos cursos de formação, em nível superior admitida como formação mínima as realizadas em nível médio.

A ênfase dada à formação do professor de ensino infantil - direito das crianças e do profissional - se deu a partir das exigências da nova LDB e do Plano Nacional de Educação (PNE) no ano de 2001, tendo como principal objetivo diminuir as desigualdades social e regional do país e promover o acesso e permanência dos alunos na escola, o que necessitaria de profissionais melhor capacitados para atender aos objetivos do plano. Com as mudanças ocorridas na legislação, desde a constituição de 88 até a LDB de 1996, a profissionalização dos professores da educação infantil adquiriu um caráter técnico e também científico, proporcionando um avanço e uma mudança no olhar da sociedade para esse profissional.

Apesar dos avanços, o professor da educação infantil ainda se vê numa atmosfera preconceituosa, "socialmente desvalorizada entre os grupos que atuam, de uma maneira ou de outra, no campo dos saberes" (TARDIFF, 2002, p. 40) e sendo visto como lugar de "castigo" nas relações de poder. Alguns professores que lecionam atualmente na Educação Infantil, estão lá principalmente por questões políticas e não pela sua formação ou pela sua capacitação.

O professor tem uma importância significativa no desempenho escolar, juntamente com a família e com os recursos técnicos necessários a sua atuação. No entanto, a importância do professor não depende exclusivamente dele, visto que ele precisa de uma legislação que venha lhe garantir direitos.

Uma formação de qualidade, salários dignos, planos de carreiras entre outros, embora sejam direitos defendidos pela sociedade de modo geral, muitas vezes, eles não saiam do papel. Nestes termos urge, portanto, a necessidade que esse profissional lute por uma formação de qualidade e por garantias de direitos que contemplem seus anseios, sejam eles profissionais e/ou pessoais.

No que diz respeito a formação profissional crítica, esta depende da concepção que se tem de educação e do papel que se espera deste profissional na sociedade, pois uma formação crítica e competente pode definir uma nova ordem pedagógica fundamental alargando o campo de atuação e a postura profissional do educador da educação infantil tanto no que diz respeito a sua valorização como profissional, bem como na sua prática metodológica.

Só acreditamos que a criança possa ter um atendimento de qualidade se os profissionais que trabalham diretamente com elas estiverem cientes dessa necessidade e equipados teórica e metodologicamente (LOPES, 1999, p102).

O professor é o agente mediador na escola, fazendo o sujeito criador da cultura compreender sua participação na construção social e no meio em que está inserido. A formação de profissionais da educação infantil é um desafio que exige uma ação conjunta das instâncias municipal, estadual e federal.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E O CURSO DE PEDAGOGIA

No Brasil, a formação do professor vivencia problemas que se originaram há anos, embora venha construindo novas realidades no que se referem a sua prática e desempenho de suas competências, principalmente na educação infantil.

O curso de licenciatura em Pedagogia tem tradicionalmente formado para a atuação em Educação Infantil e Ensino Fundamental I. O histórico do pedagogo vem desde as civilizações antigas. A origem da palavra pedagogia vem do grego *paidagogos*, que significa “aquele que conduz a criança à escola” (ARANHA, 1996, p. 41). Na Grécia, o pedagogo era o escravo que acompanhava a criança até a escola.

O curso de pedagogia atualmente tem um caráter científico, embora sua área no campo do saber seja generalista, ela procura entender o homem em seus anseios: social, psicológico, físico e intelectual, levando-o a uma reflexão crítica da sua realidade, para que de maneira consciente venha intervir positivamente no meio em que vive. O professor é um agente mediador dessa intervenção, sendo sua formação importante para uma educação de qualidade.

Nesse processo constitutivo da formação do professor de educação infantil, foi realizada uma pesquisa com os formandos em Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – *Campus Itapetinga* - através de um questionário com respostas objetivas e subjetivas, com o objetivo de se fazer uma análise da realidade do curso de Pedagogia – UESB - para a promoção de uma reflexão em torno das práticas utilizadas e do tempo disponibilizado pelo curso para formação/preparação dos professores de educação infantil. O questionário foi aplicado a um total de 20 alunos do VIII semestre do curso de Pedagogia e obteve-se os seguintes resultados:

Ao serem questionados sobre o que seria necessário para ser professor de educação infantil, 30% dos entrevistados responderam que seria preciso ter vocação; 5% responderam que seria preciso uma boa formação e 65% responderam que seria necessário aliar a vocação com formação para ser um profissional apto a atuar no ensino infantil. Para Freire, (2001, *apud* SILVA, 2005), é necessário que o professor tenha uma formação permanente, visto que o ser humano é incompleto, portanto consciente de sua complexidade.

Segundo Barreto (1994, p.11) “a formação do professor é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade adequados na educação”, e no que refere-se ao ensino infantil, a formação “é uma das variáveis que maior impacto causam sobre a qualidade do atendimento”(SCAR e EISENBERG, 1993, *apud* BARRETO, 1994, p.11).

Ao serem questionados sobre as disciplinas de Educação Infantil e de Estágio Supervisionado em Educação Infantil oferecidas no decorrer do curso seriam suficientes para sua formação profissional, 100% dos entrevistados disseram não ser suficiente o tempo disponibilizado (um semestre) para cada uma delas, sendo que desse total 60% deram como justificativa o pouco aprimoramento prático e a superficialidade na teoria; 25% questionaram que a disciplina de Estágio Supervisionado em Educação Infantil é oferecida praticamente no final do curso, impossibilitando um maior aprimoramento dos conteúdos teórico-práticos necessários ao aperfeiçoamento profissional; os 15% restantes não deram justificativas.

Sabe-se que a relação ensino-aprendizagem é função do professor, no entanto, ele tem que portar habilidades e competências para enfrentar qualquer obstáculo dentro e fora da sala de aula, sendo que os órgãos que estruturam a organização escolar são responsáveis por assegurar uma educação de qualidade para todos.

Quando questionados se o curso de Pedagogia atendia às necessidades do mercado de trabalho, 5% disseram que sim e não, e justificaram que, o graduando precisa se dedicar e também gostar do curso; 25% disseram que sim e justificaram que o curso necessita de algumas melhorias que não foram especificadas; 70% responderam que não, justificando que a parte prática é insuficiente para capacitar o discente sem experiência para assumir uma sala de aula, atendendo melhor aos que já atuam.

De acordo com Novaes, “O exercício da profissão é prática totalmente distinta nas condições de trabalho e estágio” (1995, p.32).

Em síntese, a maioria dos entrevistados considerou que a fragilidade do curso no que diz respeito a sua contribuição para sua formação profissional de forma que atenda as exigências de inserção no mercado de trabalho e apontou para o fato de que o tempo disponibilizado para as atividades práticas não é suficiente para que se possa adquirir experiência capaz de instrumentalizá-los para sua atuação profissional.

No que se refere a questão da vocação, percebemos que apenas uma pequena parcela dos entrevistados disseram ser importante aliar o “gostar” com a formação.

CONCLUSÃO

O presente estudos que procurou abordar a educação infantil e, sobretudo, a formação e/ou vocação dos professores para atuar nesta modalidade, através de levantamento de dados fruto de uma pesquisa realizada com os formandos do curso de Licenciatura em Pedagogia numa instituição de Nível Superior, verificou que o discurso sobre a formação de professores para a Educação Infantil, é bastante complexo e apresenta aspectos múltiplos, com impasses e avanços que necessitam ser desvendados, para se conseguir um melhor atendimento para as crianças de 0 a 5 anos que compõem a educação infantil (creche e pré-escola).

No que diz respeito à formação do professor na Educação Infantil, pode-se afirmar que os entrevistados acreditam na importância da formação teórico-prática para construção de sua capacitação profissional diante destes argumentos e dos estudos realizados conclui-se que, apesar dos avanços ocorridos na legislação, é necessário que haja uma aliança entre vocação e formação para uma atuação de qualidade no ensino infantil.

REFERÊNCIAS

A CASA DE RUBEM ALVES. **Sobre Política e jardinagem.**

<<http://www.rubemalves.com.br/sobrepoliticaejardinagem.htm>>. Acesso : 13.11.2010 às 12:00 h.

AIVA, Fernando de Souza. **Formação do professor da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental no Brasil: avanços ou recuos?** Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996, p.15.

BARRETO, A.M.R.F. **Por que e para que uma política de formação do profissional de educação infantil?** Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil./ MEC/SEF/COEDI. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002343.pdf#page=9>>. Acesso em 05 de outubro de 2010, às 13:27 h.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 07 de outubro de 2010, às 09:27 h.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de professores**. 3 ed. São Paulo: Papyrus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e é fundamental**. Campinas, 2006a, p.797 a 818, out, nº. 96.

_____. (org.) **Infância e Educação Infantil**. Campinas: Papyrus, 1999. (Coleção Prática Pedagógica).

LOPES, Marcell Ribeiro Castanheira. Descompasso: da formação à prática. In: KRAMER, Sônia (org.). **Infância e Educação Infantil**. Campinas: Papyrus, 1999. (Coleção Prática Pedagógica)

MICHAELIS. **Dicionário Ilustrado: inglês-português**. São Paulo: Melhoramentos, 1997.

NOVAES, Maria Eliana. **Professora Primária: Mestra ou Tia**. – 6 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado. MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p.78-95, mar, 2009 – ISSN: 1676-2584. Disponível em:

<[HTTP://www.histedbr.fai.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf](http://www.histedbr.fai.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf)>. Acesso em 15 de outubro de 2010, às 17:15 h.

SARAT, Magda. **Formação profissional e educação infantil: uma história de contrastes**. Guairacá,2001. p. 135-158. Disponível em:

SARMENTO, Manoel Jacinto. **Visibilidade Social e Estudo da Infância**. Araraquara, J. M., 2007.

SILVA, Everson Melquíades Araújo. ARAÚJO, Clarissa Martins de. **Reflexão em Paulo Freire**: uma contribuição para a formação continuada de professores. V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife, 19 a 22 de setembro de 2005.

TARDIFF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.